



CONTEXTO PROGRAMA PROJECTO

ARQUITECTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

RUI JORGE GARCIA RAMOS
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA
MARTA ROCHA MOREIRA
SÉRGIO DIAS SILVA
(COORD.)

MAPA DA HABITAÇÃO
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE
A ARQUITECTURA HABITACIONAL
APOIADA PELO ESTADO
EM PORTUGAL (1910-1974)

U. PORTO

UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA

CENTRO
DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU

MAPA DA
HABITAÇÃO
MdH



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Ficha Técnica

TÍTULO

Contexto Programa Projeto:
Arquitetura e Políticas Públicas de
Habitação

COORDENADORES

Rui Jorge Garcia Ramos
Virgílio Borges Pereira
Marta Rocha Moreira
Sérgio Dias Silva

TEXTOS

Carmen Espegel
Eliseu Gonçalves
Filipa Castro Guerreiro
Gisela Lameira
João Queiroz
Jorge Mangorrinha
José António Bandeirinha
José Maria Brandão de Brito
Luciana Rocha
Luis Moya
Maria Fernanda Rollo
Orsina Simona Pierini
Paula Borges Santos
Paulo Almeida
Rui Jorge Garcia Ramos
Sérgio Dias Silva
Victor Pereira
Virgílio Borges Pereira

REVISÃO PORTUGUESA

Clemência Rêgo

DESENHO GRÁFICO

Cristina Amil
Luísa Sousa Ribeiro
Marta Rocha

EDITOR

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

ISBN

978-989-8527-30-1
1.ª edição digital, Porto, dezembro 2019

DIREITOS DE AUTOR

© desta edição, FAUP, Porto
© dos textos, os autores

Nenhuma parte deste livro pode ser
reproduzida sob qualquer forma sem a
autorização expressa dos coordenadores
e dos autores.

Livro publicado no âmbito do projecto
de investigação “Mapa da Habitação:
Reflexão crítica sobre a arquitectura
habitacional apoiada pelo Estado em
Portugal (1910-1974)”, co-financiado pela
ERDF através do COMPETE 2020 – POCI
e fundos nacionais da FCT no âmbito do
P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014.

SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOME

Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre
a arquitectura habitacional apoiada pelo
Estado em Portugal (1910-1974)

Mapping Public Housing: A critical
review of the State-subsidized residential
architecture in Portugal (1910-1974)

SITE

www.mappingpublichousing.up.pt

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Universidad Politécnica de Madrid
Escuela Técnica Superior de Arquitectura
Grupo de Investigación en Vivienda
Colectiva [GIVCO]

Universidade Nova de Lisboa [UNL]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
[FCSH]
Instituto de História Contemporânea [IHC]

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Letras [FLUP]
Instituto de Sociologia [ISUP]

EQUIPA

[FAUP | CEAU / FCT]

Rui J. G. Ramos
(Investigador Responsável)

Eliseu Gonçalves
(Coordenador)

Gisela Lameira (Bolseiro de Investigação)
Luciana Rocha (Bolseiro de Investigação)
Luísa Sousa Ribeiro (Bolseiro de
investigação)
Maria Tavares
Marta Rocha
Raquel Geada Paulino
Sérgio Dias Silva (Bolseiro de
Doutoramento)
Teresa Cáliz

[ETSAM | GIVCO]
Carmen Espegel
Daniel Movilla Vega

[UNL | IHC-FCSH]
Fernanda Ribeiro
Maria Fernanda Rollo

[FLUP | ISUP]
Virgílio Borges Pereira

CONSULTORES

[UMR | AUSser]
Monique Eleb
Jean-Michel Léger

[USL | AUHG]
Mark Swenarton

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Cristina Amil
Luís Urbano
Sara Martins
Silvano Rego

IMAGEM DA CAPA

General Óscar Carmona, Presidente da
República [ao centro], Manuel Rebelo de
Andrade, Subsecretário de Estado das
Corporações e Previdência [à direita]
e Duarte Pacheco, Ministro das Obras
Públicas e Comunicações [à esquerda]
na inauguração do Bairro de Casas
Económicas de Belém / das Terras do
Forno [Lisboa, 1934-38, MdH BD a225]
em 1938

Empresa Pública Jornal O Século, Álbums
Gerais nº57, doc. 2186M.
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2186M
Imagem cedida pelo ANTT

IMAGEM DA CONTRACAPA

Trabalhos preparatórios da Exposição do
Mundo Português com o Bairro de Casas
Económicas de Belém / das Terras do
Forno concluído em fundo.

Fotógrafo: Horácio Novais (1910-1988).
Data de produção da fotografia original:
1938-1939(?). [CFT164.102169]
Fundação Calouste Gulbenkian

NOTA

As referências [MdH BD aXXX] indicam o
número de ficha dos projetos na Base de Dados
do Mapa da Habitação, disponível para consulta
em <http://mappingpublichousing.up.pt/>

Apresentação de um projeto

RUI JORGE GARCIA RAMOS

investigador Responsável MdH. Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo.

O projeto de investigação que agora se conclui é resultado de um interesse iniciado há longos anos sobre o que se designa de habitação corrente. Um grupo de colegas e investigadores em arquitetura interrogava-se sobre a outra produção dos arquitetos portugueses, aquela que preenchia as ruas, aparentemente anónima, aquela que não era observada nas publicações, por vezes esquecida dos currículos, ou, mesmo ignorada pela crítica e pela história da arquitetura do século XX. Esta interrogação, aliás confirmada nos levantamentos agora realizados e nos contactos com os arquitetos que produziram estas obras já “esquecidas”, permitiu produzir, nas décadas de passagem para o século XXI, uma profícua série de investigações parcelares sobre a questão habitacional dirigida às massas, ao cliente desconhecido e mesmo ao rendimento imobiliário popular, e sobre os bairros que formavam a cidade e que precocemente a alargavam e povoavam, vindo a ser, em alguns casos, aquilo que hoje chamamos de novas centralidades e periferias. Ensaiair o conhecimento destas casas, bairros e partes de cidade é assim um ato humilde que reconhece o gigantismo da tarefa, ou mesmo o desafio impossível de alcançar. A história de uma casa, de um edifício de habitação plurifamiliar ou de um bairro são fragmentos de cidade erguidos por uma imensidão de nomes com as suas narrativas que ignoramos: os comitentes, os projetistas, os construtores e os habitantes que anonimamente ergueram um local, numa tarefa persistente, lote a lote, rua a rua, impossível de suspender e que raramente tem um fim.¹ Estes trabalhos valorizam necessariamente fenómenos arquitetónicos de longa duração, as práticas e as mentalidades; ou seja, retomam os ensinamentos da longínqua Escola dos Annales, repondo na agenda da investigação, em linha com o reivindicado em outros quadrantes, o que se pode designar por história social da arquitetura, uma história de narrativas contraposta à singularidade da elite.² Estes trabalhos precursores no campo disciplinar da arquitetura como, por exemplo, sobre a promoção de bairros populares, o povoamento rural, as casitas de que Salazar tanto gostava fomentadas pelo primeiro programa habitacional consistente lançado em 1933, as Casas Económicas, sobre a iniciativa da moderna habitação disseminada por todo o território, de Trás-os-Montes ao Algarve, ou ainda, sobre a miúda e extensa produção lado “b” que os escritórios de arquitetos como Ventura Terra, Raul Lino, Marques da Silva, Couto dos Santos, Leonel Gaia, Arménio Losa, Cassiano Barbosa, entre outros conhecidos e desconhecidos, realizavam para sobreviverem à escassa encomenda ou enquanto desenhavam a grande obra, mas onde experimentaram, com arte de projetar, a racionalização e minimização da casa que mais tarde seriam usadas na resposta adequada à habitação social e económica programada pelo estado.³

1 Rui Jorge Garcia Ramos, “Quantos nomes fazem uma rua na história da cidade?”, in Joana Marques; Rui J. G. Ramos (coord.), Reconstituição biográfica dos arquitectos representados na exposição de 1953: «Marques da Silva - Exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos» (Porto: FIMS, FAUP-CEAU, 2015, 10-14).

2 Aspeto também referido por Dana Arnold: a história da arquitetura como dialética entre diferentes epistemologias, não numa perspectiva cronológica e progressiva mas numa ideia de convergência de leituras coexistentes. Também, precocemente, já apontado por José-Augusto França quando, em 1963, refere no «Prefácio» à história da arte do século XIX, que o presente trabalho «ousa apresentar-se, assim, no domínio que cobre, como uma achega para uma antropologia cultural do século XIX português – e através dela para o conhecimento total do mesmo século.» Para concluir, no mesmo texto, «a sua elucidação não poderia vir senão dum trabalho pluridisciplinar, só eficazmente realizado em visão conjunta das conclusões de inquéritos conduzidos em outros domínios culturais e em outras séries históricas.” E conclui comentando: “O que é cedo ainda para se poder fazer, entre nós.” Dana Arnold (ed.), *Reading architectural history* (Routledge, 2002). José-Augusto França, “Prefácio”, in *A Arte em Portugal no Século XIX*, (Lisboa: Bertrand, 1966 [1ª ed. 1963], 13 e 17). Ricard Bucaille, Jean-Marie Pesez, 1989, “Cultura Material”, in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16 (Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989, 11-47).

3 Referimos, entre outros, trabalhos de Ana Tostões, Eliseu Gonçalves, Filipa Guerreiro, Filipa Serpa, Gisela Lameira, João Pedro Costa, José A. Bandeirinha, Luciana Rocha, Maria Tavares, Marta Rocha, Ricardo Agarez, Rui J. G. Ramos, Sérgio Dias Silva, Teresa Cáliz, Teresa Heitor, Tiago L. Dias, Vanda Maldonado e Pedro Borges, Virgílio B. Pereira e João Queirós, etc.

O trabalho agora apresentado é, desta forma, a feliz continuidade desta anterior investigação, no âmbito do projeto de investigação, financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia, intitulado Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974). É, assim, a óbvia consumação de um círculo de interesses dispersos sobre a habitação que agora reúne certas investigações setoriais produzidas, num esforço insistente em tornar comum um espólio arquitetónico relativo à habitação programada em Portugal, planeada ou dirigida pelo estado, com o seu direto ou indireto financiamento, como ferramenta epistemológica estabilizada, referenciada, documentada e aberta a mais e futuras investigações e não só no campo da arquitetura.

Ao tratar de colocar disponível o trabalho realizado numa base de dados on-line (aberta ao público e disponível para se completar e crescer), é dado um passo, não apenas de identificação para a consolidação de um enorme património arquitetónico construído - hoje um tecido urbano qualificado e por vezes ameaçado de descaracterização, que importa avaliar numa estratégia identitária, com preocupações de sustentabilidade e de qualificação da habitação e do espaço urbano do bairro -, mas também aceitar que este espólio, pela primeira vez identificado no seu conjunto, é parte de uma criação cultural relacionada com a história de Portugal, em termos políticos, económicos e sociais, mas, antes de mais, parte ainda não plenamente considerada da história da arquitetura portuguesa.

Trata-se de uma narrativa que reivindica, não só a gesta, mas sobretudo a voz dos outros, que de forma extensa e dispersa construíram, pelo território nacional, diferentes tipos de habitação. Na medida das suas circunstâncias, estas habitações foram transformadoras e melhoraram a qualidade de vida, pelo menos de alguns. Com esta predisposição historiográfica põe-se em questão "uma crítica insistentemente ideológica que refreou o desenvolvimento de uma autonomia disciplinar"⁴ que inibiu um olhar sobre este vasto património, o que altera, substancialmente, o entendimento, quer das circunstâncias e do tempo da sua produção, quer do papel da arquitetura e da sua modernidade ao longo do século XX português. Deixa assim de ser plausível continuar a ignorar a produção extensa do fenómeno arquitetónico da habitação para massas que ocorreu em Portugal no período de 1910 a 1974.

Não serve isto nem para branquear o papel que os arquitetos e intervenientes se dispuseram a desempenhar, ao aceitarem fazer obras para a afirmação e glorificação do regime, sendo um seu instrumento político⁵, nem para ignorar como a casa e o acesso a uma habitação condigna foram armas usadas pelo regime autoritário do Estado Novo que, dentro de uma lógica corporativa de abolição de uma ideia classista, pretendia dominar os mais frágeis, social e economicamente, explorando as suas carências, impondo regras de conduta cívica e moral atinentes com a total obediência a um poder político repressivo. Por isto, não é possível observar este fenómeno arquitetónico, bem como, de forma geral, toda a obra pública no Estado Novo, sem uma forte atenção ao contexto em que ocorreu.

Não se poderá iludir que habitação e política são faces da mesma moeda, que se incluem nas primeiras ações decretadas pelo Estado Novo, simultaneamente com outras que limitaram o acesso ao ensino, criaram a censura, protegeram as elites, exerceram controlo policial e social e ergueram uma fachada propagandística. A habitação programada, desde logo com as Casas Económicas (1933) numa encenação complexa de retoma do frágil projeto republicano,⁶ servirá uma política corporativista suportada numa rede de instituições centralizadas na figura de Salazar. Com esta estrutura burocrática será conduzida uma política de controlo de um grupo social eleitor, com recursos suficientes para pagar o arrendamento resolúvel e o seguro de vida, condições necessárias para usufruírem de uma casa unifamiliar, com horta e jardim, longe dos vícios e perigos da taberna como é referido por Salazar.⁷

4 Ana Tostões, "O desafio da arquitectura africana e o teste do tempo: modernidade em Angola e Moçambique", in *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*, ed. Ana Tostões (Lisboa: FCT), 4.

5 Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999 [1993])

6 Rui J. G. Ramos, Eliseu Gonçalves, Sérgio Dias Silva, "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019) [no prelo].

7 António Ferro, "Salazar princípio e fim", in *Entrevistas de António Ferro a Salazar* (Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora, 2003 [1938]), 169.

Assim, com estas casitas, Salazar pretendia afastar, num primeiro momento, o falanstério socialista, espaço promíscuo e de revolução de um povo que tanto temia, mas também a imagem de miséria e insalubridade que grassava na cidade e nos campos. Contudo, esta medida e outras na mesma linha irão mostra-se improcedentes. E após a Segunda Grande Guerra deixam a nu a fratura social do país, passando os movimentos oposicionistas ao regime a denunciar as condições de vida. Os indigentes, tal como eram designados pelo regime, a população sem recursos para ter a posse de uma casa e por isso sem interesse de manipulação política, tornavam visível o subdesenvolvimento do país, a insalubridade, a pobreza e a fome que se estendiam pela cidade mas também pelo campo, onde grassavam humilhantes condições de vida. Neste quadro abria-se uma luta política no tecido institucional do regime que pugnava por outras vias de progresso mais cosmopolita que, para a nova geração de engenheiros chegados ao poder, tinha de passar, por exemplo, pela eletrificação e infraestruturização do país e, no campo da habitação, por outro modelo da casa, mais eficaz e rentável, capaz de resolver o problema da habitação com outra celeridade e custo. Interessa-nos verificar que esta clivagem no regime irá abrir outro entendimento do problema habitacional, disponível a soluções arquitetónicas até aí impensáveis.

A modernidade será a necessária resposta arquitetónica, com a habitação plurifamiliar em altura, blocos e agrupamentos residenciais projetados pela nova geração de arquitetos. Eles vão levar a cabo o novo programa das Casas de Renda Económica (1945), com a possibilidade da aplicação do capital acumulado da Federação das Caixas de Previdência, implementado pelo seu gabinete de projetos, as Habitações Económicas. A partir deste programa será desencadeada uma pequena revolução na conceção da habitação para as massas, com base nos princípios da arquitetura moderna, revistos à luz da realidade portuguesa mas empenhados em reformular os modos de vida e, sobretudo, em alcançar a habitação para o maior número.

Apesar dos cerca de 600 bairros e 82000 fogos edificados por dezenas de programas e subprogramas habitacionais, a leitura conjunta da intervenção do Estado na habitação entre 1910 e 1974 permite mostrar uma escala de intervenção entendida como diminuta face à grandeza do problema. Torna-se notória a estabilidade do lançamento de iniciativas habitacionais com intervenção ou apoio públicos e crescendo consideravelmente em número de fogos após o período épico da propaganda do regime e após a Segunda Guerra Mundial, com assinaláveis consequências na transição da construção tradicional para uma indústria de construção civil, refletindo-se também na criação de emprego. Embora os anos 60 assistam a uma aparente redução no investimento em habitação, esses são também os anos em que se lança a discussão das bases das políticas de habitação do pós-25 de Abril – com inclusão, pela primeira vez, de um tópico sobre habitação no Plano Intercalar de Fomento, com o Colóquio sobre Políticas de Habitação, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e a criação do Fundo de Fomento da Habitação. Contudo, a passagem para o regime democrático pôs a nu as limitações da intervenção do Estado Novo na habitação e, em 1974, em 2,5 milhões de habitações 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía eletricidade, 60% não possuía rede de esgotos, 67% não possuía instalações sanitárias; em suma, estimava-se a falta de 600.000 habitações.⁸

Também a distribuição das dezenas de programas, ao longo do tempo, revela as hesitações do regime quanto às prioridades a assumir, pondo em pé de igualdade, em termos de dimensão, intervenções de carácter distinto. Entre a leitura corporativa estatal das Casas Económicas, a intervenção, também de feição corporativa, mas com maior independência, das Casas de Renda Económica, e a posição misericordiosa de programas como o das Casas para Famílias Pobres, notam-se os avanços e recuos das elites políticas relativamente a quem deveria ser o foco das políticas habitacionais.⁹

Assim, a máquina do estado central mostrava-se pouco eficaz, verificando-se como, no final da década de 50, a parceria estabelecida entre os dois maiores municípios do país e o Ministério das Obras Públicas originou intervenções intensas e de rápidos resultados, com o Plano de Melhoramentos do Porto e o

8 António Fonseca Ferreira, *Por uma nova política de habitação* (Porto, Afrontamento, 1987)

9 Rui J. G. Ramos, Eliseu Gonçalves, Sérgio Dias Silva, "Política e arquitetura habitacional [...]", op. cit.

Plano de Novas Construções da Cidade de Lisboa a atingirem, em poucos anos, a mesma dimensão de programas nacionais espalhados por várias décadas. A participação do Estado Novo na discussão e procura de soluções para o problema da habitação foi, como vimos, hesitante. Poderá até dizer-se que foi relativamente reduzida. Não se pode negar, no entanto, o seu significado arquitetónico, a sua carga política e a importância – tanto em termos de condição social como em termos de controlo social – atribuída pela ditadura às questões habitacionais.¹⁰

Na conclusão deste projeto de investigação, este livro assume-se como uma tentativa que parece desenhar um prelúdio para uma obra maior. O objeto de estudo, o seu período temporal e as circunstâncias que o rodearam deve acautelar-nos para a não existência de respostas conclusivas. Mas se podemos concluir algo, depois de longas jornadas de investigação – devedoras de todos os que colaboram neste projeto –, seguramente é a presença de uma organização complexa. E, pela sua natureza, não será cauteloso tentar vias redutoras, porque não existe uma fórmula simples para traduzir fenómenos longos que cruzaram sistemas políticos diversos, da monarquia para a complexa máquina do Estado Novo; com variáveis permanentes que, por sua vez, cruzam, dividem e se modificam em ramos de intervenção hierárquicos, por vezes subtis, com natureza precisa ou ambígua, em parcerias variáveis entre o privado, o financeiro, a filantropia, o municipal e o estado central. Por isto, qualquer esforço de síntese, de abordagem a um tópico, deverá sempre ressaltar o que antecedeu e o que precederá, em movimento cronológico e diacrónico, compreendendo que é na interação intrincada dos fatores sociais, geográficos, económicos, técnicos e arquitetónicos que se estabelece o político. Será esta, talvez, a mais segura das narrativas observadas, que o social, o geográfico, o económico, o técnico e o arquitetónico são sempre usados como instrumentos da ação política. Portanto, olhar a produção arquitetónica relativa à questão habitacional é aceitar a sua práxis impura como parte dos processos que, por vezes, conduzem aos seus próprios impasses. Não há respostas simples.¹¹

O livro que agora se abre segue esta perspetiva, procurando um alinhamento temático em cinco capítulos. Coloca ao longo dos capítulos 1 Contexto, 2 Programa, 3 Projeto e 4 Paralelos, primeiramente, os problemas históricos, políticos e sociológicos transversais, depois a apresentação dos programas habitacionais, desde as primeiras tentativas da I República até ao fim do período em estudo, que se articulam, posteriormente, com questões disciplinares do exercício do projeto arquitetónico onde se observa a questão da habitação antes do 25 de Abril, onde algumas premissas estão a ser lançadas para serem aprofundadas após a revolução, e termina com uma série de iniciativas paralelas, no campo da experiência habitacional internacional, que sinalizam e enquadram o tempo português, para uma compreensão alargada.

Procurou-se não se isolar numa redoma as matérias centrais do estudo disciplinar, ao abrirem-se hipóteses de interações que, inusitadamente, coloquem o leitor num espaço maior, vital para o entendimento não só do problema português da habitação, mas também para o reconhecimento da sua parte na questão habitacional da época, no tempo ocidental, onde se realizavam experiências precoces, tentavam outros caminhos, no contexto de outros regimes políticos. Mas também deixamos aberto que o problema arquitetónico não é só arquitetónico, ao reivindicar fazer parte de outras leituras que nos chegam da história, da ciência política, da sociologia ou dos estudos culturais, esperando que os nossos colegas de outras áreas disciplinares também se interessem por arquitetura, ou melhor, pelo esclarecimento da dimensão arquitetónica dos seus problemas!

10 Idem.

11 Idem.

BIBLIOGRAFIA

ARNOLD, Dana (ed.), *Reading architectural history*, Routledge, 2002.

BUCAILLE, Ricard, PESEZ, Jean-Marie, "Cultura Material", in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989, 11-47.

FERREIRA, António Fonseca, *Por uma nova política de habitação*. Porto: Afrontamento, 1987.

Ferro, António, "Salazar princípio e fim", in *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, 169. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora, 2003 [1ª ed. 1938]

FRANÇA, José-Augusto, "Prefácio", in *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Bertrand, 1966 [1ª ed. 1963], 13 e 17.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, "Quantos nomes fazem uma rua na história da cidade?", in Joana Marques e Rui J. G. Ramos (coord.), *Reconstituição biográfica dos arquitectos representados na exposição de 1953: «Marques da Silva - Exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos»*, Porto: FIMS, FAUP-CEAU, 2015, 10-14 [edição digital].

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias, "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019 [no prelo].

Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999 [1ª ed. 1993].

TOSTÕES, Ana, "O desafio da arquitetura africana e o teste do tempo: modernidade em Angola e Moçambique", in Ana Tostões (ed.), *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*, Lisboa: FCT, 2013, 4.